

Sindeletro convoca chesfianos para assembleia na segunda (28/05) para deliberarem sobre calendário de paralisação

O Sindicato dos Eletricitários do Ceará (Sindeletro) convoca os trabalhadores e as trabalhadoras da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) do Ceará para assembleia geral e extraordinária na próxima segunda-feira (28/05). Os(as) chesfianos(as) vão deliberar sobre o calendário proposto pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) que definiu os dias 11, 12 e 13 de junho como datas para a paralisação dos trabalhadores da Eletrobras em todo o Brasil.

Os/as chesfianos/as irão protestar contra a tentativa do governo golpista de privatizar a Eletrobras e suas subsidiárias, entre elas a Chesf, e a falta de avanços na negociação com a Eletrobras do próximo acordo coletivo da categoria (ACT 2018/2019). A próxima rodada de negociação está agendada para o dia 7 de junho. A assembleia será realizada às 8 horas, em primeira convocação, e às 8h30, em segunda, em Fortaleza (Departamento de Operação Regional de Fortaleza - DORF) e em Milagres (Divisão Regional de Manutenção da Transmissão de Milagres (DORFM)).

Adiamento de paralisação

Na última terça-feira (22/05), os/as trabalhadores/as da Chesf decidiram em assembleia suspender a greve marcada para os dias 22, 23 e 24 de maio em atendimento à orientação do CNE. A decisão de suspender a paralisação foi tomada porque os trabalhadores da Chesf do Ceará entenderam que no momento atual, a prioridade era intensificar a mobilização em Brasília contra a aprovação da privatização da Eletrobras/Chesf.

No mesmo dia, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciou que retirou da pauta de votação da Câmara a MP 814. A decisão do deputado foi resultado direto da pressão realizada na Casa pelo bloco de oposição (PT, PCdoB, PDT, PSB e Psol) que estava obstruindo a pauta de votação por conta da matéria. Os parlamentares também vinham sendo pressionados pelo movimento nacional contra a venda da Eletrobras,

coordenado pelo CNE, que tem promovido audiências públicas, debates e atos públicos por todo o país. A MP perderá a sua validade no dia 1º de junho.

Os trabalhadores do setor elétrico entendem, no entanto, que a mobilização deve continuar porque é necessário pressionar os deputados federais e senadores para barrarem a aprovação do Projeto de Lei 9463/2018 que dispõe sobre a desestatização da Eletrobras e outras ações que tramitam no Congresso Nacional.